



GT 10 – Informação e Memória

ISSN 2177-3688

INFORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E AGÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

INFORMATION, ORGANIZATION AND AGENCY IN THE CONSTRUCTION OF THE MEMORY OF SEXUAL AND GENDER DIVERSITY

Leonardo Borges Rodrigues Chagas - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Maria Aparecida Moura - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O objetivo dessa pesquisa é problematizar a agência do movimento composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero dentro de uma perspectiva memorialística. Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa que aborda os conceitos de memória e diversidade sexual e de gênero em diálogo com a área de Ciência da Informação. Para isso, apresenta-se um breve panorama desse movimento enquanto espaço de informação, organização e construção de memória, observando ações e iniciativas nas duas décadas do século XXI. Emprega-se o conceito de memória enquanto fenômeno social de constituição das identidades e os seus respectivos movimentos de reconstruções do passado. A evocação do passado reflete a utilização da memória enquanto instrumento de identificação dos sujeitos que partilham um passado de exclusão, violência e apagamento. Percebe-se que a agência desses sujeitos produziram ações e iniciativas de diferentes tipos. As práticas informacionais e as instituições dos lugares de memória refletem a capacidade do movimento para manter viva a memória dos diferentes grupos, o que garante os vínculos de pertencimento dessa comunidade. Considera-se a área de Ciência da Informação como espaço de interlocução por excelência para se pensar práticas de memória, informação, gênero e sexualidade.

Palavras-chave: informação; memória social; agência; diversidade sexual e de gênero.

Abstract: The objective of this research is to problematize the agency of the movement composed of lesbians, gays, bisexuals, transvestites, transsexuals, transgenders, queer, intersex, asexual, pansexual and other sexual and gender identities within a memorialistic perspective. This is an exploratory study with a qualitative approach that addresses the concepts of memory and sexual and gender diversity in dialogue with the area of Information Science. For this, a brief overview of this movement is presented as a space for information, organization and construction of memory, observing actions and initiatives in the two decades of the 21st century. The concept of memory is used as a social phenomenon of constitution of identities and their respective movements of reconstruction of the past. The evocation of the past reflects the use of memory as an instrument for identifying subjects who share a past of exclusion, violence and erasure. It is noticed that the agency of these subjects produced actions and initiatives of different types. The informational practices and institutions of memory places reflect the movement's ability to keep the memory of different groups alive, which guarantees the bonds of belonging to this community. The area of Information Science is considered a space of dialogue par excellence to think about practices of memory, information, gender and sexuality.

Keywords: information; social memory; agency; sexual and gender diversity.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a inserção das relações de gênero e sexualidade nas discussões da área de Ciência da Informação tem gerado um grande questionamento acerca do papel da área nas soluções de problemas envolvendo a relação sujeito-objeto informacional.

No campo da Organização da Informação e do Conhecimento, pesquisas têm constatado pouca representatividade da temática de gênero e sexualidade nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Estudos evidenciam que temáticas relacionadas a grupos minorizados estão sub-representada nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) e que tais instrumentos favorecem a difusão de discursos discriminatórios (SILVA; LARA, 2004; PINHO, 2006, 2010; PINHO; GUIMARÃES, 2011; TRIVELATO; MOURA, 2017; LIMA; SANTOS, 2018; MOURA, 2018, 2020; CHAGAS, 2022; TRIVELATO, 2022; CHAGAS; PAULA, no prelo).

Em relação às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero (LGBTQIAP¹), observa-se que os instrumentos de representação incorporaram termos e conceitos advindos dos discursos religioso, jurídico e médico-psiquiátrico. Sujeitos que hoje são compreendidos no campo da diversidade sexual e de gênero, no passado foram categorizados pela ciência moderna ocidental dentro da tríade pecado-crime-doença, com ênfase no campo das psicopatologias.

Historicamente, a cisheteronormatividade² construiu representações sociais sobre gênero e sexualidade que classificaram, excluíram e estigmatizaram pessoas. No contexto moderno ocidental, diversos enunciados se articularam para conceber concepções “científicas” dos sujeitos que hoje se denomina LGBTQIAP+. Tais concepções distinguiram os padrões considerados normativos dos padrões considerados desviantes, aos quais deveriam ser estudados, classificados e corrigidos.

¹ Há vários acrônimos para se referir aos sujeitos da diversidade sexual e de gênero. Entretanto, nesse artigo utilizar-se-á a sigla LGBTQIAP+ por considerar que o vocábulo contempla as diversidades sexuais e de gênero, e por ser a sigla mais utilizada na atualidade para se referir às identidades sexuais e de gênero.

² Conjunto de normas e crenças socioculturais que partem do pressuposto de que os seres humanos devem se enquadrar na concepção binária de gênero (masculino ou feminino) e no padrão sexual da heterossexualidade. Nesse sentido, “a cisgêneridade é a norma e os padrões de comportamentos heterossexuais são dominantes e todos aqueles contrários a esse padrão são estigmatizados e punidos” (SÁ; SZYLIT, 2021, p. 52).

Foucault (1988) observa que a partir do século XVII houve uma proliferação de discursos sobre o sexo como mecanismo de incitação e produção discursiva; e que a partir do século XVIII e XIX nasce uma incitação política, econômica e técnica a falar do sexo como um exercício de saber-poder, cujo objetivo era controlar e ditar normas sobre o corpo e sobre as populações. Para Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo histórico – um conjunto estratégico de regulação e controle que se forma em torno do sexo. Na mesma linha de pensamento, Butler (2022) problematiza o conceito de gênero enquanto produção de poder e afirma que as categorias sexo, gênero e desejo são construções sociais e culturais atravessadas por relações de poder. A autora informa que o gênero é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero, e que tanto o gênero quanto o sexo são produzidos discursivamente.

Não se pretende aprofundar na complexidade e riqueza dos estudos de gênero e sexualidade, Por ora, é importante compreender o sistema normativo sexo-gênero enquanto produções discursivas que instituíram concepções binárias de masculino e feminino. Em outras palavras, concepções normativas de ser homem ou de ser mulher. Através desse sistema normativo de poder-saber, a cisgeneridade e heterossexualidade foi concebida enquanto regra – o modelo de normalidade e moralidade a ser seguido por todos. E aqueles que não se adequem a esse sistema serão concebidos no domínio da anormalidade, da imoralidade e do patológico (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 2022).

Foucault (1988) sinaliza que o exercício do poder-saber em torno da sexualidade considerada desviante implicou resistência, pois embora uma série de discursos sobre “espécies” e “subespécies” de homossexualidade permitisse o surgimento de um aparato de controle e dominação, também possibilitou que um discurso de reação se constituísse. É nesse cenário de reação que o movimento homossexual – gênese do movimento LGBTQIAP+³ – se inscreve enquanto múltiplos espaços de luta, reivindicação de direitos, produção de informação e de conhecimento e construção da memória.

Considerando o exposto, o artigo objetiva problematizar a agência do movimento LGBTQIAP+ brasileiro dentro de uma perspectiva memorialística. Para isso, apresenta conceitos e temáticas relacionadas à memória, informação, agência e diversidade sexual e de gênero.

³ Movimento social e político em defesa dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como estudo exploratório de abordagem qualitativa. É exploratória no sentido de buscar referenciais teóricos que proporcionem familiaridade com o tema da investigação e qualitativa no sentido de analisar e atribuir significados nas ações e nas relações dos sujeitos envolvidos (GIL, 2008).

Para operacionalizar a pesquisa, utilizou-se o procedimento da pesquisa bibliográfica em livros, portais de periódicos e páginas da internet que versam sobre conceitos e temáticas relacionadas à memória, informação e movimento LGBTQIAP+, priorizando ações e iniciativas nas duas décadas do século XXI.

Em relação aos livros, a ênfase se deu em obras que priorizam a perspectiva social de conceber a memória e as ações dos movimentos LGBTQIAP+ no contexto brasileiro. Sobre artigos científicos, selecionou-se autores que abordaram a relação memória e identidade LGBTQIAP+. Em relação à páginas da internet, priorizou-se aquelas que reconhecem e promovem a memória da comunidade LGBTQIAP+, tais como a página “Rede LGBT de Memória e Museologia Social”⁴.

3 ATORES SOCIAIS LGBTQIAP+ ENQUANTO SUJEITOS INFORMACIONAIS

Frequentemente, a literatura da área de Ciência da Informação apresenta três noções de sujeitos considerando os três modos de conceber e estudar a informação e os processos de intermediação da informação: paradigma físico (dimensão objetiva que traz a informação como uma coisa ou objeto); paradigma cognitivo (dimensão subjetiva que enfatiza a informação como processo, como construção individual de sentido) e paradigma social (dimensão sociocultural que concebe a informação como fenômeno social coletivo).

De forma sintética, esses três modos de compreender a informação apresenta três concepções de sujeito. A primeira concebe o sujeito enquanto repositório de informação (receptor passivo de informação); a segunda entende o sujeito como uma singularidade cognitiva (posição de agente individual que atribui sentido à informação) e a terceira enfatiza a ideia de sujeito enquanto ator cognitivo-social (posição de agente social que não só usa como também produz e se apropria da informação e do conhecimento de forma interventiva e contextualizada) (RABELLO, 2013; RABELLO; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017; ARAÚJO, 2018).

⁴ <https://museologiadigital.museus.gov.br/redes-sistemas-e-entidades/52395-2/>
<https://memoriaslgbt.wordpress.com/rede-lgbt/>

Rabello e González de Gómez (2017) observam que a perspectiva de intermediação ainda é orientada pelo pressuposto do sistema de informação com ênfase no profissional de informação e na infraestrutura do sistema. Nessa perspectiva, a agência do sujeito é minimizada e/ou descontextualizada, pois o sujeito é reduzido a uma mera peça do sistema.

Conceber a informação para além do registro implica considerar os aspectos socioculturais envolvidos nos processos de produção, organização e disseminação da informação. Implica compreender a ação do sujeito informacional que é contextualizada e inter-relacionada a esses processos. Essa compreensão enfatiza a agência do sujeito informacional que não só usa, produz e valida informações e conhecimentos, como também se apropria e se posiciona diante desses fenômenos que são sociais e intersubjetivos. É nesse contexto de discussão que se insere a reflexão sobre a agência do movimento LGBTQIAP+ dentro de uma perspectiva memorialística. Nesse sentido, atores sociais LGBTQIAP+ são concebidos como sujeitos agentivos que em um determinado momento se rebelaram contra as representações sociais impostas pela cisheteronormatividade e passaram a se autorrepresentar por uma perspectiva constitutiva de sujeitos, memorialística e emancipatória.

4 AGÊNCIA DO MOVIMENTO LGBTQIAP+ ENQUANTO ESPAÇO DE INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Por agência, entende-se o poder e a capacidade de agir sobre a realidade. Em outras palavras, é a habilidade que atores têm de produzir efeitos na vida social (GIDDENS, 1989). Por memória, compreende-se um fenômeno social de construção das identidades e os seus respectivos movimentos de reconstruções do passado. Esses movimentos são atravessados por relações de poder e por processos de disputas e negociações (BOSI, 1994; HALBWACHS, 1990; NORA, 1995; POLLAK, 1989). E por movimento LGBTQIAP+, infere-se um ambiente de atuação coletiva em defesa da diversidade de orientações sexuais, identidades e expressões de gênero que não corresponde aos padrões sociais impostos pela cisheteronormatividade.

Considera-se o sociólogo alemão Maurice Halbwachs como o pioneiro em apontar o aspecto coletivo da memória. Halbwach (1990) trata da memória coletiva enquanto construção social e cultural do passado. Antes dessa concepção, o conceito de memória era tratado dentro de uma perspectiva subjetiva e individual. Michael Pollak (1989) aborda a questão da memória enquanto um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva

e memórias individuais e discute os estudos que entendem a memória coletiva como um fenômeno em disputa. O autor ressalta as duas funções essenciais da memória que seria manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. A memória está sempre em evolução, pois é um processo vivido, conduzido por grupos vivos. Nesse sentido, não existe ruptura entre o passado e o presente, pois os grupos tentam manter do passado aquilo que ainda está vivo na consciência do grupo (NORA, 1995).

Manter a coesão do grupo, defender fronteiras e constituir identidades têm sido a tônica do movimento LGBTQIAP+ em diferentes contextos de atuação. Quinalha (2022) apresenta algumas características, que combinadas produziram identidades estabilizadas e fomentaram o surgimento do ativismo, tais como: estudos sobre sexualidade, surgimento dos movimentos sociais (feminista e negro) e o florescimento de subculturas *underground*. O autor aponta a Alemanha da virada do século XIX para XX como a precursora do movimento “LGBTI+” organizado; e os Estados Unidos da segunda metade do século XX como o nascimento do movimento “LGBTI+” contemporâneo, com destaque para a Rebelião de Stonewall⁵.

Considerando a abrangência do movimento LGBTQIAP+ inscrito em diferentes lugares e contextos, neste trabalho dar-se-á destaque para o contexto nacional, sobretudo a partir do fim da ditadura militar.

4.1 Movimento LGBTQIAP+ no Brasil

O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), gênese do que hoje se denomina Movimento LGBTQIAP+, surgiu entre o final da década de 1970 e início dos anos de 1980 em um contexto de transformações sociais mais amplas. Assim como ocorre no movimento feminista, convencionou-se dividir a trajetória do movimento LGBTQIAP+ em três ondas consecutivas, primeira onda (1978 a 1983), segunda onda (1984 a 1992) e terceira onda (1992 em diante).

A primeira onda se dá no contexto de luta pela abertura política. Foi nesse período que surgiram os primeiros grupos, tais como o Somos em São Paulo, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o jornal Lampião da Esquina no Rio de Janeiro. A Segunda onda é atravessada pelo

⁵ A Rebelião de Stonewall, em 28 de junho de 1969, é considerada um marco internacional do movimento LGBTQIAP+. Stonewall Inn era um bar localizado na cidade de Nova York e voltado para o público LGBTQIAP+. Após constantes investidas preconceituosas e violentas por parte da polícia, os frequentadores se revoltaram e deram início a uma rebelião que se estendeu por vários dias. Os levantes de Stonewall marcam o início do movimento LGBTQIAP+ contemporâneo.

contexto da redemocratização, pela constituinte de 1988 e pela eclosão da epidemia de HIV/AIDS. É nesse decurso, que os grupos começam a se formalizar e se aproximar do Estado na busca por direitos. E a terceira onda se caracteriza pela proliferação de diversos grupos, ONGs e coletivos, que se expandiram em todo território nacional. Esse período demarca o fortalecimento da diversidade sexual e de gênero, pois reflete a diferenciação das identidades e suas particularidades dentro do movimento. A fundação da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), em 1995, foi um marco desse período, pois ampliou ações em diferentes frentes de atuação e possibilitou a multiplicação de outras redes nacionais (PRADO; MACHADO, 2008; FACCHINI, 2003, 2009; QUINALHA, 2022).

Existem outras leituras para a trajetória do movimento LGBTQIAP+. Quinalha (2022) propõe a periodização em cinco ciclos para uma leitura menos delimitada e mais contextualizada com a complexidade da realidade que envolve a trajetória desse movimento. A própria constituição das siglas é um indicativo dessa complexidade.

Siglas como MHB, MGL, MGM, GLT, GLTT, GLTTT, GLBT, LGBT, LGBTI+, LGBTQIA+, dentre outras siglas características, são vocábulos construídos nos contextos de surgimento e desdobramentos do Movimento Homossexual Brasileiro (FERRARI, 2004; FACCHINI, 2005, 2009; TORRES, 2013; TORRES; PRADO, 2014). A diversidade na constituição das siglas reflete "disputas e negociações em torno de regimes de visibilidade e entendimentos sobre as identidades que variam conforme o contexto histórico e cultural" (QUINALHA, 2022, p. 11). O autor utiliza "LGBTI+" conforme tem sido utilizado pelo movimento organizado no país. Contudo, no contexto desse artigo, utilizar-se-á a sigla LGBTQIAP+ por considerar que o vocábulo contempla as diversidades sexuais e de gênero, e por ser a sigla mais utilizada na atualidade para se referir às identidades sexuais e de gênero. Trata-se de sujeitos diversos, historicamente discriminados que encontraram nos movimentos organizados formas de resistência contra as opressões.

4.2 Atores sociais LGBTQIAP+ como sujeitos informacionais

Ações de preservação e promoção da memória estiveram presentes desde o surgimento do movimento. O jornal "Lampião da Esquina", jornal homossexual que circulou no país entre os anos de 1978 e 1981, é caracterizado enquanto suporte de informação e de registro e difusão da memória. Outras iniciativas no período, tais como organizações não

governamentais (ONGs), grupos teatrais, literaturas e cinematografias também funcionavam como espaços de formação e armazenamento das memórias que não encontravam abertura nos lugares tradicionais (GIMENEZ, 2015).

A partir do final do século XX e início do século XXI essas iniciativas e esforços de memória por parte dos grupos LGBTQIAP+ ganharam novos contornos, principalmente relacionados à institucionalização de arquivos, bibliotecas e museus. Uma dessas iniciativas foi a criação do Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, instituído pelo Decreto 58.075, de 25 de maio de 2012 e vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Com exposições temporárias e itinerantes, o Museu percorre o Estado de São Paulo promovendo e difundindo a memória e a cultura LGBTQIAP+ no Brasil.

Ainda em 2012, surge também a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, cujos objetivos são garantir o direito à memória, instituir políticas, programas, encontros, seminários, formações, mapeamentos, pesquisas diversas e bibliografias. Trata-se de uma rede nacional de práticas informacionais entrelaçadas por redes regionais e estaduais que se articulam pela promoção das memórias, histórias e culturas LGBTQAP+.

Trevisan (2018, p. 527) cita algumas fontes significativas de preservação e memória da comunidade “LGBT”, tais como o Arquivo Edgard Leuenroth (Centro de Pesquisa e Documentação Social) sediado na UNICAMP “que tem recebido muitos acervos sobre memória LGBT, inclusive aquele do pesquisador João Antônio Mascarenhas, um dos fundadores do jornal *Lampião da Esquina*”; Acervo físico do GGB (Grupo Gay da Bahia); Centro de Documentação do grupo Dignidade de Curitiba e o Acervo Bajubá organizado por Remon Matheus Bortolozziem. O autor cita ainda o conceito de “Artivismo” surgido no contexto das redes sociais e das tecnologias digitais a partir das jornadas de junho de 2013.

De um modo geral, as tecnologias digitais propiciam intensa disponibilidade de informações que discutem identidades e evocam o passado da comunidade LGBTQIA+, bem como favorecem intensos processos de produção, comunicação e uso de informação sobre essa temática. Gimenez (2015) observa que as tecnologias da informação além de propiciar o debate possibilitam a construção e a divulgação de uma memória “LGBT” compartilhada digitalmente.

Entretanto, conforme observado por Baptista e Boita (2017), há necessidade de ações mais concretas no que se refere à construção, promoção e fortalecimento dessas memórias. Pensar a memória da comunidade LGBTQIA+ é pensar formas de superação dos diversos

desafios que se apresentam, principalmente relacionados às práticas de proibições, censuras e violências que ainda operam em uma sociedade patriarcal e heteronormativa.

Exemplo emblemático relacionado às práticas de silenciamentos e apagamento da memória LGBTQIA+ foi o cancelamento da exposição *Queermuseu* pelo Santander Cultural em setembro de 2017. A “*Queermuseu: cartografias da diferença na Arte brasileira*” de curadoria de Gaudêncio Fidélis foi uma exposição iniciada em 15 de agosto de 2017 pelo Santander Cultural na cidade de Porto Alegre. O evento representou uma iniciativa inédita no país, por explorar a diversidade de identidades, práticas e expressões de gênero e por ser a primeira exposição com temática *queer* realizada no país e também na América Latina conforme texto curatorial da exposição. Trazendo inovações metodológicas para se pensar o conceito de museu provisório, a *Queermuseu* expôs um conjunto de obras produzidas por diferentes artistas do início do século XX à contemporaneidade.

Importante destacar o conceito *queer* que no português se aproxima dos conceitos de “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. [...] forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais” (LOURO, 2001, p. 546). A autora explica o conceito de *queer* enquanto insulto e abjeção, bem como o processo de resignificação operado pelos movimentos homossexuais e por intelectuais que teorizam sobre esse tema.

Retomando o fenômeno da *Queermuseu*, em poucas semanas de exibição, obras de arte, artistas e organizadores foram alvos de ameaças e difamações por parte de grupos conservadores e fundamentalistas religiosos que orquestraram ataques sistemáticos por meio das redes sociais. Grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e lideranças religiosas fundamentalistas se revoltaram contra as obras de arte e promoveram campanhas difamatórias nas redes sociais acusando os organizadores de fazerem apologia à pedofilia, zoofilia, blasfêmia e imoralidades que vão contra a moral e os bons costumes do povo brasileiro. Narrativas difamatórias que corroboraram com o encerramento antecipado da exposição pelo Santander Cultural.

De acordo com a nota do Santander Brasil publicada no Facebook (2017)⁶, a instituição tem por objetivo incentivar as artes e promover o debate sobre as grandes questões do mundo contemporâneo, entretanto, atendendo às reivindicações, qualificou alguns objetos da *Queermuseu* como desrespeitosos.

⁶ <https://pt-br.facebook.com/santanderbrasil/posts/10154720373470588/>

Gaudêncio Fidelis (2018) observa que nunca na história das exposições brasileiras, uma repercussão ficou tanto tempo sendo debatida pela sociedade como foi o caso da *Queermuseu*, e nunca houve tanta produção de informações sobre uma exposição circulando em um curto espaço de tempo. O autor lembra que historicamente questões de gênero e sexualidade invocam intensas disputas políticas e ideológicas, entretanto, os debates acerca dessa exposição colidiram com uma polarização política permeada por narrativas falsas e difamatórias orquestradas por grupos específicos formados por fundamentalistas religiosos e setores da direita e ultradireita brasileira. Esse cenário possibilitou uma espécie de dissonância cognitiva, no qual pessoas imaginaram uma exposição a partir de informações falsas, figuras e imagens editadas, descontextualizadas e disseminadas pelas redes sociais.

Historicamente, produções artísticas e culturais já sofreram inúmeras formas de censura no país, tais como as do período da ditadura militar que provocaram um “vazio cultural” na sociedade com o desaparecimento da polêmica e da controvérsia cultural. Entretanto, “A Queermuseu obteve um resultado improvável, uma vez que ao longo da história da Arte, muitas manifestações artísticas foram consideradas ofensivas e imorais, e nem por isso foram fechadas” (RECH; SCHUTZ, 2017, p. 27).

Apesar dos ataques sistemáticos e da censura imposta pelo Santander Cultural, a reação contra a censura foi determinante para a remontagem da exposição 11 meses depois. Entidades, coletivos, grupos de artistas e pessoas se mobilizaram e promoveram intensas campanhas de apoio e solidariedade aos artistas e organizadores. Neste sentido, a exposição foi remontada em agosto de 2018, por meio de financiamento coletivo, na Escola de Artes Visuais (EAV) do Parque Lage, no Rio de Janeiro e, em apenas dez dias de exposição, contou com a presença de 14 mil visitantes conforme noticiado pelo UOL⁷ na época.

Outro exemplo significativo relacionado às práticas de silenciamento e apagamento da memória LGBTQIAP+, foi o fechamento recente e por tempo indeterminado do Museu da Diversidade Sexual (MDS) de São Paulo. Em abril de 2022, o Museu foi fechado por determinação da Justiça do Estado de São Paulo após ação do deputado estadual bolsonarista Gil Diniz⁸. Após disputas judiciais, o Museu foi reaberto em agosto de 2022. Considera-se que o Museu da Diversidade Sexual foi o primeiro equipamento museológico

7

<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2018/08/29/queermuseu-recebe-14-mil-pessoas-no-rio-e-m-10-dias-e-supera-expectativas.htm>

⁸ Gildevanio Ilso dos Santos Diniz é um político bolsonarista com histórico de ofensas à comunidade LGBTQIAP+.

voltado para a temática LGBTQIAP+ na América Latina. Ademais, além das atividades culturais de memória voltadas para a diversidade sexual e de gênero, o museu também é um espaço político por excelência, pois dialoga com os movimentos sociais e se propõe a ser um espaço de transformação social.

Apesar de todos os esforços e desafios nos processos de reconstrução do passado, principalmente àqueles ligados às tentativas de apagamento e silenciamento das identidades sexuais e de gênero, pode-se dizer que as memórias LGBTQIAP+ (anteriormente mantidas como “subterrâneas”) conseguiram invadir os espaços públicos e se materializar através de diferentes práticas, instrumentos e “lugares” que evocam uma memória, um passado e uma história LGBTQIAP+. Nesse sentido, os sujeitos LGBTQIAP+ não só produzem informação e conhecimento sobre suas recordações, como também inscrevem suas memórias no contexto social e cultural mais amplo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evocação do passado pelos grupos LGBTQIAP+ reflete a utilização da memória enquanto instrumento de identificação dos sujeitos que partilham um passado comum de exclusão, violência e apagamento. Essa estratégia de identificação é descrita por Halbwachs (2006) como “comunidade afetiva”. As identidades LGBTQIAP+ refletem uma “comunidade afetiva” em busca de identificação, pertencimento e principalmente legitimidade na esfera social e cultural.

Percebe-se que a agência do movimento LGBTQIAP+ e o desejo de memória produziram ações e iniciativas de diferentes tipos. As práticas informacionais e as construções dos diferentes espaços de memória refletem a capacidade dos sujeitos em romper com a cultura cisheteronormativa para manter viva suas memórias, o que garante os vínculos de pertencimento de uma comunidade que é tão diversa e plural. Nesse sentido, pessoas LGBTQIAP+ tornaram-se sujeitos agentivos em ações de informação, memória e transformação social.

As práticas de informação e memória estão intrinsecamente relacionadas à área de Organização da Informação e do Conhecimento. Como todo processo informacional e memorialístico, há uma infinidade de registros documentais que necessitam da ação humana para serem organizados, tratados e disseminados através de sistemas de informação. Nesse sentido, ressalta-se a área de Ciência da Informação como espaço de interlocução por

excelência para se pensar informação e práticas de memória voltada para a diversidade sexual e de gênero, principalmente no que se refere aos processos de organização, preservação e disseminação desse domínio de conhecimento.

Há muito tempo, pesquisadores da área de Ciência da Informação vêm problematizando assimetrias, vieses e distorções nas práticas e nos instrumentos de organização, representação e intermediação da informação e do conhecimento, tendo em vista que historicamente, a temática de gênero e sexualidade foi negligência nesses contextos. Neste sentido, os profissionais de informação precisam, cada vez mais, incorporar gênero e sexualidade em suas práticas de atuação, de modo a garantir segurança e confiabilidade nos processos de organização, preservação e disseminação dessa temática.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. 126 p.

BAPTISTA, Jean Tiago; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, 2017.

Disponível em:

https://www.academia.edu/36104610/Mem%C3%B3ria_e_esquecimento_LGBT_nos_museus_patrim%C3%B4nios_e_espacos_de_mem%C3%B3ria_no_Brasil. Acesso em: 03 de maio 2023.

BOSI, Ecléa. A substância social da memória. In: **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

CHAGAS, Leonardo Borges Rodrigues. **Terminologia LGBTQIAP+ em linguagens de indexação: uma análise discursiva crítica dos registros de autoridade de assunto da UFMG**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CHAGAS, Leonardo Borges Rodrigues; PAULA, Lorena Tavares de. Diversidade sexual em linguagens controladas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. No prelo.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Lagoa Nova, v. 3, n. 04, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 03 maio 2023.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf. Acesso em: 03 maio 2023.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 105-115, jan/fev/mar/abr, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CXtdJcMJFG9RmNXJrDyPBcN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 maio 2023.

FIDELIS, Gaudêncio. Queermuseu e o enfrentamento do fascismo e do fundamentalismo no Brasil em defesa da livre produção de conhecimento. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 417-423, jan/jul, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/85261/4908>. Acesso em: 03 maio 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Título original em francês: *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*.

GIDDENS, Anthony. 1989. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.
GIMENEZ, Mariana Quadros. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, mai./ago, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5632>. Acesso em: 03 maio 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; RABELLO, Rodrigo. Sujeito, agência e informação: tradição e leituras transversais. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; RABELLO, Rodrigo (Org.). **Informação: agentes e intermediação**. Brasília, DF: IBICT, 2017. p. 101-152. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1068>. Acesso em: 03 maio 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

LIMA, Gláucio Barreto de; SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro. Presença da temática LGBTI+ nos catálogos de bibliotecas das IFES no Ceará. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 23, n. 3, p. 473-486, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109215>. Acesso em: 03 maio 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>. Acesso em: 03 maio 2023.

MOURA, Maria Aparecida. Décoloniser les savoirs. Genre et race dans les discours des systèmes d'organisation de connaissance de circulation globale. **Revue Intelligibilité du**

numérique, n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34745/numerev_1692. Acesso em: 03 maio 2023.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 118-135, novembro 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4472>. Acesso em: 03 maio 2023.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: Projeto História, 10. São Paulo: EDUC, 1995.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio Garcia Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006, 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

PINHO, Fábio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/175062>. Acesso em: 03 maio 2023.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: A hierarquia da invisibilidade. Editora Cortez, 2008. 144 p.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, 198 p.

RABELLO, Rodrigo. Noções de sujeito em modelos teóricos na ciência da informação: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 23, n. 3, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93111>. Acesso em: 25 abr. 2023.

RABELLO, Rodrigo; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Agentes, intermediações e institucionalidades: apontamentos acerca de um mosaico interpretativo no campo informacional. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; RABELLO, Rodrigo (Org.). **Informação**: agentes e intermediação. Brasília, DF: IBICT, 2017. p. 21-40. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1068>. Acesso em: 25 abr. 2023.

RECH, Alessandra Paula; SCHUTZ, Danielle. Episódio Queermuseu: reflexos do despreparo social em torno da Arte. **Palíndromo**, v.9, n.19, p.13-30, setembro-dezembro 2017.

Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/1105>.
Acesso em: 03 maio 2023.

SÁ, Natália Nigro de; SZYLIT, Regina. Cisheteronormatividade e luto na experiência familiar da pessoa não-cisgênero. Pathos: **Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, v. 7, n. 1, p. 45-72, 2021. Disponível em:
https://revistapathos.com.br/volumes/volume_07-n.01/cisheteronormatividade.pdf. Acesso em: 03 mai. 2023.

SILVA, Claudio Roberto da; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Os termos relativos ao segmento glbt (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias. **Informação & Informação**, Londrina, v. 9, n. 1-2, p. 33- 47, 2004. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35239>. Acesso em: 03 maio 2023.

TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2013. (Série Cadernos da Diversidade). E-book.

TORRES, Marco Antônio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 201-220, jan./mar. 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/dbgdxx9V7QvJDKv3DXk84Kp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 maio 2023.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva; MOURA, Maria Aparecida. A diversidade cultural e os Sistemas de Representação da Informação. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento. Recife: Ed. UFPE, 2017. Disponível em:
<https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2017.pdf>. Acesso em: 03 maio 2023.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. **A luta das mulheres tem muitos nomes**: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual. 2022. 191 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.